



PODER

IA como aliada da competitividade

Em debate do Lide-DF, senador Eduardo Gomes diz que a regulação da tecnologia não pode ter "invençione" nem deixar o Brasil isolado

» SAMANTA SALLUM

O senador Eduardo Gomes (PL-TO), relator do projeto de regulamentação do uso da inteligência artificial, afirmou ao **Correio** que o Brasil não pode ficar "isolado" do mundo com alguma "invençione" que tire recursos de investimentos no país. "A regulamentação não pode tirar a nossa capacidade de competitividade. O texto será aprovado de uma forma que não fique obsoleto. Se tivesse sido antes, já estaria defasado", ressaltou.

O parlamentar informou que o texto pode ser votado ainda neste ano pelo Senado. "Acredito que até o primeiro semestre do ano que vem aprovamos nas duas Casas", acrescentou.

Ele foi o palestrante, ontem, no almoço-debate do Grupo de Lideranças Empresariais do DF (Lide/DF). Ele fez questão de destacar que está consultando todos os setores envolvidos no tema — CNI, CNC —, especialmente empresas de TI e startups e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "A gente precisa de inteligência emocional, de inteligência humana para tratar de IA", comentou.

Regulação

Um ponto importante do relatório são as definições sobre regulação. "Ele já contempla o ponto que versa sobre a ligação de fiscalização por parte das agências reguladoras setoriais. Então, não adianta o relatório inventar uma agência reguladora com a capacidade de fiscalização setorial do sistema financeiro brasileiro, por exemplo, como o Banco Central." E comparou: "No início desse processo, tínhamos um carro com um acelerador e 25 freios".

O anfitrião do evento, o presidente do Lide/DF, Paulo Octávio, se mostrou otimista com os benefícios da inteligência artificial para toda a sociedade. "Estamos diante de uma nova renascença, que nos fará lidar com as mudanças incríveis, como os avanços na medicina, na produtividade agrícola, em reduzir custos de produtos manufaturados.

Temos agora o desafio de garantir que as máquinas superinteligentes permaneçam alinhadas com valores e interesses humanos", frisou.

A presidente da Associação das Empresas de Tecnologia do DF (Assespro), Cristiane Pereira, representou a entidade nacional no evento. "O que mais precisamos é a ampliação do mercado nacional, pois o que vemos é a quase total aquisição de tecnologia de fora do país, e nós aqui, no Brasil, temos competência para desenvolver a nossa e sermos competitivos", sustentou.

O secretário de Governo do DF, José Humberto Pires, participou do evento representando o governador Ibaneis Rocha. "Esse tema é de extrema importância e muito complexo também", disse. "O que podemos afirmar é que o governo do DF está acompanhando as inovações e que teremos IA atuando para tornar mais eficiente a prestação de serviços públicos à população."

Desafios

A deputada distrital Doutora Jane (MDB) foi uma das convidadas. "A inteligência artificial não é nosso futuro, ela é o presente, e precisamos buscar soluções para esses desafios", apontou. A parlamentar é autora da Lei 7.471/24, que instituiu o Sistema Distrital de Ambientes de Inovação no Distrito Federal, e presidente da Frente Parlamentar de Economia Digital e Desenvolvimento Tecnológico.

Há representantes do setor ainda bastante preocupados com a regulação feita pelo Congresso. "Depois de um movimento gigantesco dos juristas, mobilizados pelo senador Rodrigo Pacheco, nós vimos que veio logo em seguida, após o término dos trabalhos, o ChatGPT. E o chat trouxe uma série de novidades, que fizeram com que o atual texto tivesse que passar por ajustes que viraram uma colcha de retalhos. Nossa grande preocupação é com a insegurança jurídica para o empresariado", afirmou Gilberto Lima Junior, presidente do Instituto Iluminante de Inovação Tecnológica e Impacto Social.

Mariana Campos/CB/D. A. Press



O presidente do Lide-DF, Paulo Octávio, e o senador Eduardo Gomes: parlamentar avalia que projeto pode ser votado ainda neste ano pelo Senado

O "desafio monumental" para a regulação

Mariana Campos/CB/D. A. Press

O evento do Lide/DF reuniu empresários, autoridades do GDF, parlamentares e convidados. Entre os presentes, o presidente do **Correio Braziliense**, Guilherme Machado; o presidente da Fecomércio/DF, José Aparecido Freire; e o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ricardo Cappelli (PSB). Ele elogiou a atuação do senador Eduardo Gomes (PL-TO). "É um desafio monumental esse trabalho de regulamentação do uso da inteligência artificial, já que é um processo em constante mudança. A relatoria está muito bem entregue ao senador, que é muito equilibrado, e é preciso de muito equilíbrio para debater essa questão", destacou. Segundo o presidente da ABDI, é necessário conciliar desenvolvimento tecnológico com preservação de direitos individuais. "Não podemos intertar o avanço da IA, mas, ao mesmo tempo, não



podemos abrir mão das questões relacionadas à vida das pessoas, como a privacidade e segurança dos dados. Esse talvez seja o debate mais importante neste momento", acrescentou.



A regulamentação não pode tirar a nossa capacidade de competitividade. O texto será aprovado de uma forma que não fique obsoleto"

Eduardo Gomes (PL-TO), senador



Temos agora o desafio de garantir que as máquinas superinteligentes permaneçam alinhadas com valores e interesses humanos"

Paulo Octávio, presidente do Lide/DF

Na P20, Lira defende reforma de organismos globais

Geraldo Magela/Agência Senado



Lira: reforma deve incluir não só a ONU como o Conselho de Segurança

» CAMILA CURADO

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu a reformulação das instituições e dos mecanismos de governança global. As declarações do parlamentar ocorreram no encerramento da 10ª Cúpula de Presidentes dos Parlamentos do G20, realizada no Congresso Nacional durante três dias. O encontro, chamado P20, reuniu representantes de 23 países e cinco organizações internacionais.

"Para fazer frente a desafios sistêmicos de forma eficaz e produtiva, é fundamental reformar as instituições e os mecanismos de governança global, aumentando sua representatividade, legitimidade e funcionalidade", ressaltou Lira. Seguindo ele, "para a sustentação da paz e a segurança internacionais e para a

promoção do desenvolvimento sustentável, justo e inclusivo", a reforma deve incluir não só a Organização das Nações Unidas (ONU) como também seu Conselho de Segurança.

Governantes internacionais também defenderam o mesmo ponto de vista. O presidente da Grande Assembleia Nacional da Turquia, Numan Kurtulmus, afirmou que "mundo não pode ser mantido na mão de cinco países". "O tempo está acabando. Precisamos terminar este período em que os poderosos fazem o que querem. Precisamos fazer uma nova arquitetura política global, com a reestruturação da ONU e do Conselho de Segurança, especialmente", complementou.

O presidente da Assembleia da República de Portugal, José Pedro Correia Aguiar-Branco, pediu "normas internacionais

adaptadas aos novos desafios". "Manter tudo como está não é uma opção."

As nações lançaram uma Declaração conjunta: parlamentos por um mundo justo e um planeta sustentável, tema da 10ª P20. Além de propor ações para acabar com a fome e com a desigualdade social e para construir um mundo mais sustentável, o documento trouxe direcionamentos visando uma nova governança global.

"O Pacto para o Futuro, adotado em setembro de 2024, é uma importante contribuição para a reforma das Nações Unidas, inclusive revigorando a Assembleia Geral, reformando o Conselho de Segurança, fortalecendo o Conselho Econômico e Social e a Comissão para Consolidação da Paz, e acelerando a reforma da arquitetura financeira internacional", diz.

Um pedido de reforma na Organização Mundial do Comércio (OMC) foi feito tanto por Lira quanto na Declaração Conjunta, para "fazer com que o princípio do tratamento especial e diferenciado atenda melhor às necessidades dos membros em desenvolvimento, incluindo os países menos desenvolvidos", segundo o texto.

Pacheco

A participação do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) também estava prevista, mas o parlamentar não compareceu porque, na madrugada de ontem, o pai dele, Helio Cota Pacheco, morreu em Belo Horizonte, aos 81 anos.

A ausência de Pacheco foi comunicada por Lira aos parlamentares presentes no P20, que citou "motivos pessoais".